

ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS: UMA ALTERNATIVA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Private protected areas: an alternative for biodiversity conservation

Áreas protegidas privadas: una alternativa en la conservación de la biodiversidad

Juliana Debiasi MENEGASSO – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2442-6028>
URL: <http://lattes.cnpq.br/2378887590045671>
EMAIL: julianaorleans@gmail.com

Birgit HARTE-MARQUES – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0717-4217>
URL: <http://lattes.cnpq.br/7268320390222532>
EMAIL: bhm@unesc.net



RESUMO

As áreas protegidas privadas (PPAs) são fundamentais para preservar e conservar a biodiversidade, contribuindo na manutenção dos processos ecológicos. Por este motivo, atores privados estão cada vez mais gerenciando terras para a conservação, originando PPAs. Visto a importância dessas áreas, este estudo teve como objetivo apresentar a evolução dos aspectos históricos, definições, classificações e a situação das áreas protegidas privadas no contexto internacional. Para isso, foram utilizados dados do Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (*World Database on Protected Areas – WDPA*). A pesquisa constatou a existência de 34.492 PPAs, com maior concentração na América e na Europa. Nos últimos 20 anos foram criadas mais de 12.000 novas PPAs, após a realização dos congressos mundiais de parques. A maioria das PPAs se enquadra nas categorias IV e V da União Mundial para a Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature -IUCN*), situadas, principalmente, em ambiente terrestre e de água doce.

Palavras-chave: Conservação da natureza; Proprietários privados; Banco de dados.

ABSTRACT

Private protected areas (PPAs) are essential for preserving and conserving biodiversity, contributing to the maintenance of ecological processes. For this reason, private actors are increasingly managing lands for conservation, giving rise to PPAs. Given the importance of these areas, this study aimed to present the evolution of historical aspects, definitions, classifications, and the situation of private protected areas in the international context. To this purpose, we used data from the World Database on Protected Areas (WDPA). The research found the existence of 34,492 PPAs, with a higher concentration in the Americas and Europe. Over the last 20 years, more than 12,000 new PPAs have been created, following the World Parks Congresses. Most PPAs fall into categories

<http://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/index>

IV and V of the International Union for Conservation of Nature (IUCN) and most of them are located in terrestrial or freshwater environments.

Keywords: Nature Conservation; Private landowner; Database.

RESUMEN

Las áreas protegidas privadas (PPAs) son fundamentales para preservar y conservar la biodiversidad, contribuyendo en el mantenimiento de los procesos ecológicos. Por este motivo, actores privados están cada vez más gestionando tierras para la conservación, originando PPAs. Dado la importancia de estas áreas, este estudio tuvo como objetivo presentar la evolución de los aspectos históricos, definiciones, clasificaciones y la situación de las áreas protegidas privadas en el contexto internacional. Para ello, se utilizaron datos del Banco de Datos Mundial sobre Áreas Protegidas (World Database on Protected Areas - WDPA). La investigación constató la existencia de 34.492 PPAs, con mayor concentración en América y Europa. En los últimos 20 años se han creado más de 12.000 nuevas PPAs, después de la realización de los congresos mundiales de parques. La mayoría de las PPAs se enmarcan en las categorías IV y V de la Unión Mundial para la Conservación de la Naturaleza (International Union for Conservation of Nature -IUCN) y se ubican principalmente en ambientes terrestres y de agua dulce.

Palabras clave: Conservación de la naturaleza; Propietarios privados; Base de datos.

1 INTRODUÇÃO

A criação de áreas protegidas (APs) está entre as alternativas para preservar e conservar os recursos naturais. Tal prática é considerada bastante antiga na história da humanidade (Castro Júnior; Coutinho; Freitas, 2012; Ott; Duarte, 2021), visto a importância de preservar e conservar a biodiversidade, contribuir na manutenção dos processos ecológicos e dos ecossistemas naturais (Dudley, 2008). Por isso, elas devem ser integradas à paisagem, tanto à terrestre, quanto à marinha (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2017), sendo vitais para que as sociedades continuem a existir e prosperar (Job; Becken; Lane, 2017).

A União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN – *International Union for Conservation of Nature*) divulga a cada dois anos o Relatório Planeta Protegido (*Protected Planet Report*) e apresenta a evolução das áreas protegidas no mundo. Entre os anos de 2012 (ano do primeiro relatório, baseado em dados de 2010) e 2020, houve um aumento de 32,35% das terras e águas continentais e 368,33% dos oceanos em áreas protegidas (UNEP-WCMC; UNEP; IUCN, 2021). A grande maioria das áreas protegidas são públicas (BINGHAM *et al.*, 2019), mas é notável o crescimento do setor privado na criação dessas áreas, principalmente nos últimos anos (Stolton; Redford; Dudley, 2014; Kamal;

Grodzinska-Jurczak; Brown, 2015; Bingham *et al.*, 2017; Mitchell *et al.*, 2018; Adams, 2019; Shumba *et al.*, 2020; Frías, 2021).

Segundo Bertzky *et al.* (2012), em 2010, as áreas protegidas privadas (*Privately protected areas-PPAs*¹) no mundo somavam 6.900 unidades e cobriam 28.000 km², ou seja, apenas 0,2% de todas as áreas protegidas. Num estudo mais recente, divulgado pelo Relatório Planeta Protegido 2018, o número de PPAs subiu para 13.105, cobrindo 5,73% das áreas protegidas mundiais (UNEP-WCMC; IUCN; NGS, 2018), um aumento de quase 90% na quantidade de áreas.

Pesquisas apontam que as áreas protegidas estatais apresentam um fraco desempenho em atingir as metas de conservação da biodiversidade (Maron; Simmonds; Watson, 2018). Muitas vezes, elas estão localizadas em áreas de altitude elevada (Joppa; Pfaff, 2009), com baixo valor econômico (Albuquerque; Sá; Jorge, 1998), além de apresentarem problemas na gestão, na governança e nos recursos financeiros (Venter *et al.*, 2017).

As PPAs contribuem com os sistemas nacionais de áreas protegidas, aumentando a cobertura geográfica e a representação ecológica, além de protegerem os habitats e as espécies ameaçadas de extinção (Mitchell *et al.*, 2018). Elas também aumentam a conectividade, servindo como “trampolins” (*stepping stones*) ou corredores ecológicos (Kamal; Grodzinska-Jurczak; Brown, 2015) e compõem mosaicos de áreas protegidas de diferentes categorias de conservação (Simão Neto, 2017).

No geral, a criação de PPAs permite o envolvimento de novos atores no combate a perda da biodiversidade global (Mitchell *et al.*, 2018; Gooden; Sas-Rolfes, 2020), responsável por juntar esforços no alcance da Meta 11 de Aichi² (Woodley *et al.*, 2012). Tendo em vista a importância das PPAs para a conservação da natureza e manutenção da vida humana, o presente estudo visa apresentar a evolução dos aspectos históricos, definições, classificações e a situação das áreas protegidas privadas no contexto internacional.

¹ Optou-se por usar a sigla de áreas protegidas privadas em inglês (PPAs) para que não ocorra conflito com a sigla de áreas de preservação permanente (APPs), adotada no Brasil.

² Na 10ª Conferência das Partes (Nagoya, Japão, 2010), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) estabeleceu um plano estratégico, integrador e abrangente para 2011-2020, que representa a orientação global para a década sobre biodiversidade. Nesse plano constava a Meta 11 de Aichi, que até 2020, pelo menos 17% das áreas terrestres e de águas interiores e 10% das áreas marinhas deveriam estar em áreas protegidas (Maretti *et al.*, 2012).

2 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi elaborada por meio de estudos em artigos, teses, dissertações e livros, utilizando-se para isso algumas bases de dados como *Scopus*, *Scielo*, *Science Direct* e *Web of Science*. Na pesquisa documental, foram utilizados dados quantitativos do Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (World Database on Protected Areas – WDPA).

Além disso, utilizou-se como referência os dados de setembro de 2022 do WDPA, que cataloga 271.140 áreas protegidas, distribuídas em arquivos de formato *shapefile* (shp) e tabular (csv). Foram utilizados dois atributos deste arquivo tabulado para separar as PPAs das demais áreas protegidas. O primeiro considerou o atributo “GOV_TYPE”, selecionando todas as áreas protegidas que apresentassem como tipo de governança os seguintes nomes: *Individual landowners* (Proprietários individuais), *Non-profit organisations* (Organizações sem fins lucrativos) e *For-profit organisations* (Organizações com fins lucrativos). Nessa primeira etapa foram selecionadas 19.337 PPAs.

O segundo critério utilizou o atributo “DESIG_ENG”, e foram selecionados todos os nomes que apresentassem a palavra “private” (privado) ou “privately” (particular), totalizando 48 nomes diferentes. Essa ação foi necessária para incluir todas áreas protegidas, que são PPAs legítimas, e que podem ter sido classificadas com outro tipo de governança, como no caso do Brasil e da Finlândia. Assim, foram identificadas 22.662 PPAs.

Com esses critérios adotados, foram identificadas 34.492 unidades e, selecionadas as PPAs, dos 30 atributos disponibilizados pelo WDPA, quatro foram escolhidos para serem analisados, conforme o quadro 01.

Quadro 01 – Descrição dos atributos analisados do WDPA

Atributo	Descrição
IUCN_CAT	Refere-se as categorias das áreas protegidas definidas pela IUCN: Ia, Ib, II, III, IV, V e VI.
MARINE	Identifica se a área protegida está completamente ou parcialmente em ambiente marinho. Neste caso, são utilizados três valores: completamente em ambiente terrestre ou de água doce (0), parcialmente em ambiente marinho e em ambiente terrestre ou de água doce (1) e completamente em ambiente marinho (2).
STATUS_YR	O ano em que a área protegida foi proposta, listada, adotada, designada ou estabelecida.
PARENT_ISO3	Refere-se ao código do país em que a área protegida está localizada.

Fonte: Menegasso (2022).

Os seis arquivos em formato *shapefile* (shp), disponibilizados pelo WDPA, são divididos em pontos e polígonos. Para distinguir as PPAs das demais áreas protegidas, utilizou-se o critério “WDPA_ID”, que é o número de identificação da área protegida. Para tal procedimento utilizou-se o software ArcGIS, calculando também a área total das PPAs. Após esse processo, as PPAs foram espacializadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.2. A origem e a evolução das áreas protegidas privadas (PPAs)

Acredita-se que a primeira área protegida privada foi criada na Alemanha, já no início da década de 1880, quando uma associação, buscando preservar a beleza cênica de uma região montanhosa, começou a comprar terras para protegê-la da ação de pedreiras (Stolton; Redford; Dudley, 2014). Em 1824, no México, uma propriedade rural foi adquirida por um botânico alemão, para o cultivo de café e ao mesmo tempo preservar a floresta tropical (Holmes, 2013; Stolton, Redford; Dudley, 2014). Na Inglaterra, em 1899, a ONG (Organização Não Governamental) *National Trust*, por meio de contribuições de voluntários, adquiriu uma área para preservar plantas, sendo a primeira reserva particular inglesa, a *Wicken Fen* (Mesquita, 1999; 2014; Morsello, 2001) (Figura 01).

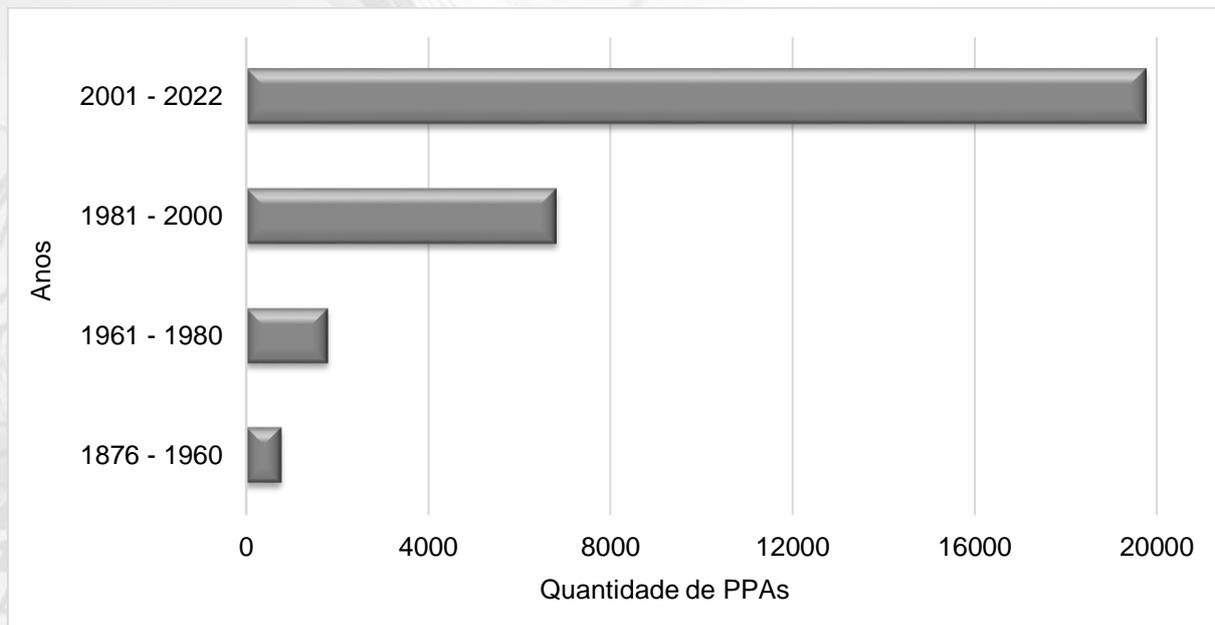
Figura 01 – Imagem da antiga entrada para a Reserva particular inglesa *Wicken Fen* criada pela ONG *National Trust* em 1899.



Fonte: Wicken Fen National Nature Reserve (2023).

Entre o final do século XIX até a metade do século XX, o crescimento das PPAs no mundo ocorreu de forma muito lenta. Desde 1876, ano do primeiro registro de PPA no WDPA, até 1960, foram criadas 779 unidades no mundo (Figura 02). As motivações eram as mais diversas, porém para Moresello (2001) a sociedade civil estava insatisfeita com a vagarosidade das ações de conservação promovidas pelos governos e passou a criar áreas para proteger a natureza.

Figura 02 – Evolução do número de PPAs entre os anos de 1876 e setembro/2022.



Fonte: Menegasso (2022).

A partir de 1961 até 1980, o número de PPAs aumentou para 1.804 unidades, um crescimento de 131,57%. Neste período, ocorreu o 1º Congresso Mundial de Parques, em 1962 (Seattle, EUA), promovido pela IUCN, onde já se reconhecia que muitas das reservas naturais mundiais estavam localizadas em terras privadas (Langholz, 2010; Souza, 2013; Holmes; 2013), auxiliando na conservação da vida selvagem e dos recursos naturais (Langholz; Lassoie, 2001).

Entre os anos de 1981 e 2000, as PPAs continuaram crescendo, chegando a 6.830 unidades, um aumento de 278,60%, ou seja, um incremento de 5.026 novas áreas protegidas privadas. Possivelmente, uma das razões para esta situação foi a realização do 4º Congresso Mundial de Parques, em Caracas, na Venezuela (1992), em que a conservação foi vista como “uma responsabilidade de todos”, enfatizando a participação de

ONGs, do setor privado, dos proprietários de terras, dos bancos e das demais entidades fora do âmbito governamental nas questões das áreas protegidas (Souza, 2013).

Nos últimos 21 anos, quase que triplicou o número de PPAs em relação ao período anterior (1981 – 2000), com 12.937 novas unidades, representando um crescimento de 189,41%, totalizando 19.767 unidades. Segundo Sims-Castley *et al.* (2005), três fatores podem ter impulsionado o aumento de PPAs neste período: maior compromisso da sociedade na conservação da biodiversidade, descaso dos governos em proteger a natureza e, a expansão do ecoturismo global.

O reconhecimento das PPAs pela IUCN cresceu e no 5º Congresso Mundial de Parques (Durban, África do Sul), em 2003, foi realizada uma sessão sobre o tema (Bingham *et al.*, 2017), criando o Plano de Ação de Áreas Protegidas Privadas (Sims-Castley *et al.*, 2005). No ano seguinte, na Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 7), em Kuala Lumpur (Malásia), foi adotado um Programa de Trabalho em Áreas Protegidas que incluiu medidas específicas para melhorar e expandir as áreas protegidas em terras privadas (Sims-Castley *et al.*, 2005).

Em 2010, na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10 – CDB), realizada na cidade de Nagoya, Província de Aichi, Japão, foi aprovado o Plano Estratégico Global para Biodiversidade (2011 a 2020), que buscava ações concretas para deter a perda da biodiversidade planetária (UNEP-WCMC; IUCN; NGS; 2018). Conforme a Meta 11 de Aichi, até 2020, 17% da terra e das águas interiores e 10% do meio ambiente marinho deveriam estar em áreas protegidas (Dias; Figueirôa, 2020).

Nesse sentido, ficou evidente que as áreas protegidas públicas podem não ser suficientes para atingir as metas da CDB (Stolton, Redford; Dudley, 2014), sendo as PPAs uma alternativa potencial na representação e conectividade dos ecossistemas (Pliscoff; Fuentes-Castillo, 2011; Clements *et al.*, 2018, Archibald *et al.*, 2020). Como resultado, a criação de áreas protegidas por iniciativa privada se tornou uma estratégia essencial para a implementação de uma nova estrutura global de biodiversidade para o período de 2020-2050 (Maxwell *et al.*, 2020; Bingham *et al.*, 2021), visando não somente conter a perda de biodiversidade, mas também garantir a recuperação (Mace *et al.*, 2018).

Bingham *et al.* (2017) relatam que após a 12ª Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 12 – CBD), realizada em 2014 na cidade de Pyeongchang (Coreia do Sul), houve um reconhecimento da contribuição das PPAs na conservação da biodiversidade, incentivando o setor a continuar seus esforços na proteção dos ecossistemas.

Em 2014, uma publicação da IUCN, denominada “Futuros das Áreas Protegidas Privadas” (*Futures of Privately Protected Areas*), desencadeou uma nova política e interesse de pesquisa na conservação de terras privadas (Drescher; Brenner, 2018; Gooden; Sas-Rolfes, 2020). Tal publicação surgiu da necessidade de não deixar no anonimato os esforços que as áreas protegidas privadas possuem na conservação, integrando-as as políticas regionais de conservação, além de incentivá-las e apoiá-las (Stolton; Redford; Dudley, 2014).

Embora sejam utilizadas pelo menos 50 definições de áreas sob proteção privada (Crofts *et al.*, 2014), a IUCN define área protegida privada como sendo uma área sob governança privada, dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, de recursos naturais e culturais associados, administrada por meios legais ou efetivos (Stolton; Redford; Dudley, 2014; Mitchell *et al.*, 2018).

Com base em seus objetivos, a IUCN atribuiu seis categorias de gestão às áreas protegidas (Ia, Ib, II, III, IV, VI e VI), variando da proteção mais estrita, até aquelas que permitem diversos usos. As PPAs podem ser inseridas em qualquer uma das seis unidades de gestão de áreas protegidas da IUCN (Dudley, 2008; Mitchell *et al.*, 2018).

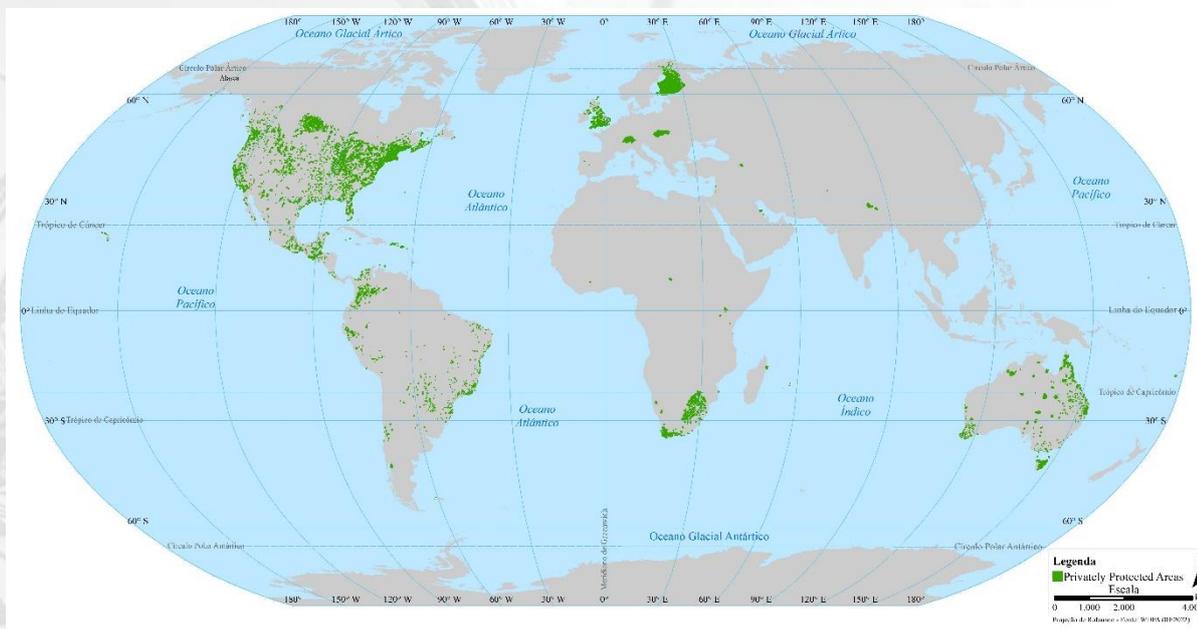
As informações que compõem o WDPA são disponibilizadas por aproximadamente 500 provedores de dados (UNEP-WCMC; UNEP; IUCN, 2021), por meio das contribuições de governos, organizações não governamentais, indivíduos, comunidades locais e povos indígenas (Bingham *et al.*, 2019). O Congresso Mundial de Conservação da IUCN de 2016, no Havaí, aprovou uma resolução, incentivando os membros da IUCN a relatarem as áreas protegidas privadas que atendam aos Padrões de Áreas Protegidas da IUCN em seus relatórios de APs e fornecerem informações relacionadas, inclusive ao WDPA e à CDB (IUCN – WCC, 2016). Tal resolução pode ter contribuído com o aumento dos registros de PPAs no WDPA nos últimos anos.

Embora existam diversos dados sobre as PPAs no WDPA, ainda há falta de informação por parte dos provedores ao incluírem PPAs em seus registros. Assim, o WDPA pode subestimar o número e as áreas de PPAs existentes no mundo, havendo uma discrepância entre o relatório e as bases oficiais dos governos e em demais pesquisas científicas publicadas.

3.2. A distribuição geográfica das áreas protegidas privadas

Nos dados do WDPA foram declaradas 34.492 áreas protegidas em terras privadas, distribuídas em 49 países em todos os continentes, com exceção da Antártida. A figura 03 mostra as PPA identificadas por polígonos, cobrindo 216.408,45 km² da superfície do planeta. A maior concentração de PPA no mundo está no continente americano, principalmente nos países que compõem a América do Norte.

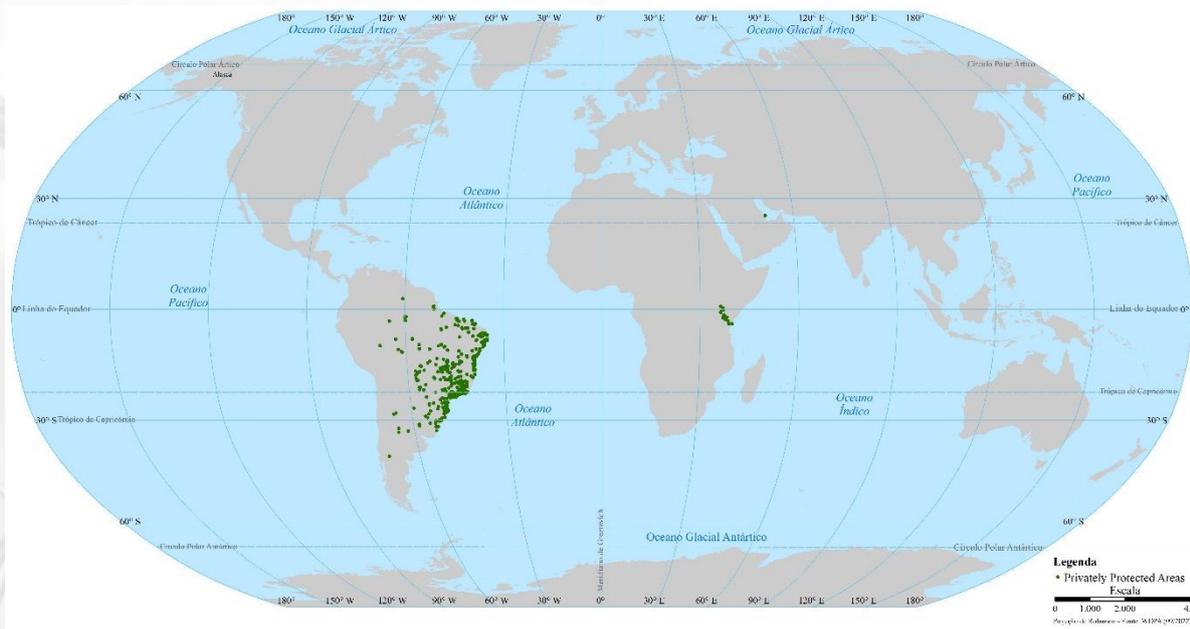
Figura 03 – Localização das PPA representadas por polígonos, segundo dados do WDPA registrados até setembro de 2022



Fonte: Sutil (2022).

Na figura 04, são representadas as PPA identificadas por pontos pelo WDPA, localizadas principalmente na América do Sul, com destaque para o Brasil. Na África, elas estão concentradas em uma pequena porção ao leste do continente, enquanto na Ásia há apenas um ponto. As PPA compostas por totaliza 13.882,38 km² da superfície do planeta. Juntos (pontos e polígonos), as PPA cobrem 230.290,83 km² da Terra.

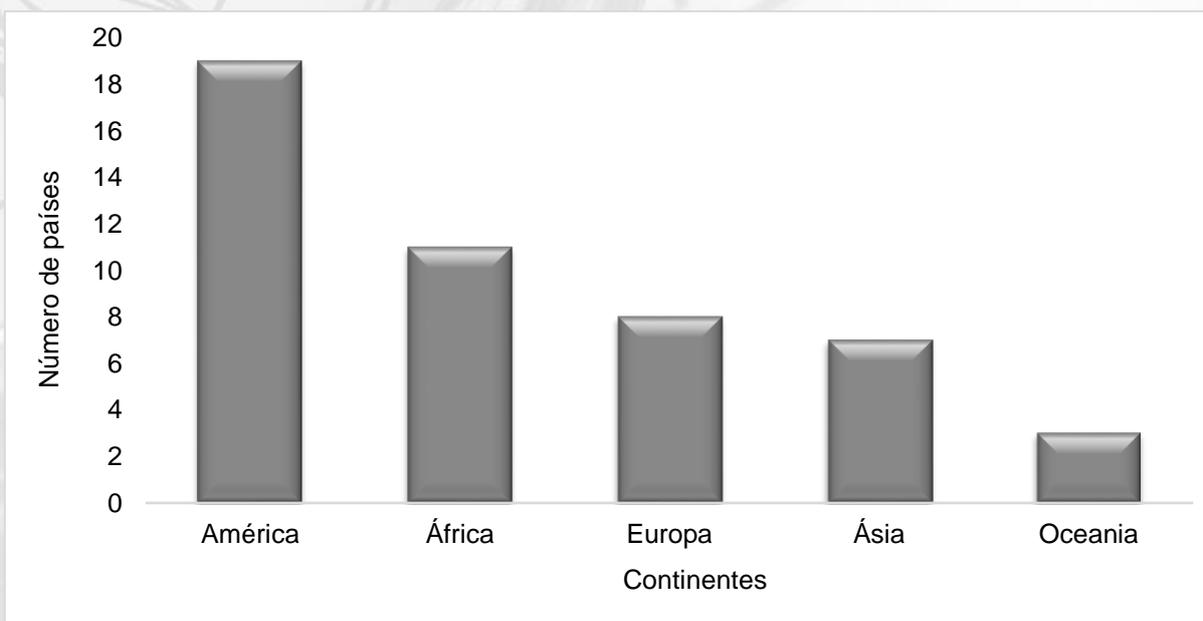
Figura 04 – Localização das PPAs representadas por pontos, segundo dados do WDPA registrados até setembro de 2022



Fonte: Sutil (2022).

Do total das PPAs, 169 não possuem a identificação do país. Dos países que as declararam em seus territórios, a maioria está localizado na América (19), seguida pela África (11) e Europa (8) (Figura 05). A Ásia e a Oceania possuem sete e três países com áreas protegidas privadas, respectivamente.

Figura 05 – Número de países por continente com PPAs, segundo dados do WDPA registrados até setembro de 2022

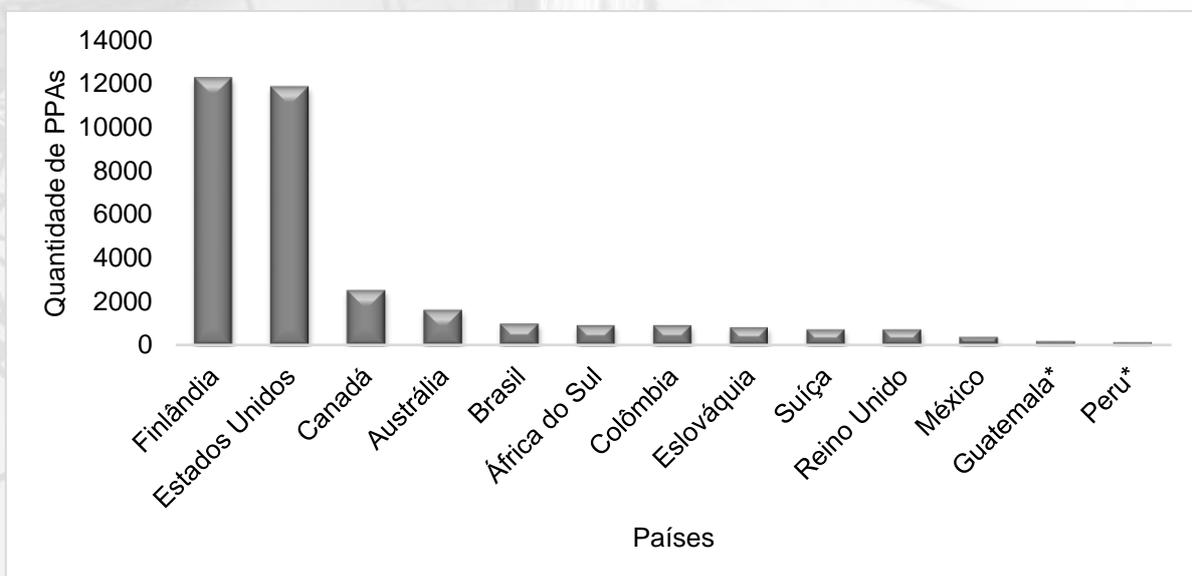


Fonte: Menegasso (2022).

Na América também está localizada a grande maioria das PPAs com 17.153 unidades, correspondendo a 49,73% de todas as áreas protegidas privadas do planeta. Nesse continente, o destaque são os Estados Unidos, que possuem 11.868 PPAs, como resultado de um movimento que teria iniciado em 1891 (Bernstein; Mitchell, 2005; Stolton; Redford; Dudley, 2014). O Canadá registrou 2.543 PPAs, ocupando a segunda posição no continente (Figura 06). Neste país, sua localização está concentrada principalmente no sul, na fronteira com os Estados Unidos, onde há altos níveis de diversidade, mas com forte pressão ecológica (Stolton; Redford; Dudley, 2014).

Na América Latina, as PPAs ganharam força a partir de 1990 (Morsello, 2001). Entre os 13 países com mais PPAs no mundo, declarados no WDPa, cinco deles estão na América Latina: Brasil, Colômbia, México, Guatemala e Peru, que juntos somam 2.613 unidades. Além deles, outros países latino americanos também declaram PPAs em seus territórios, porém, com menor representatividade.

Figura 06 – Países com maior número de PPAs no mundo, segundo dados do WDPa registrados até setembro de 2022



* Guatemala e Peru, com 190 e 142 PPAs, respectivamente.

Fonte: Menegasso (2022).

Vale destacar que existe uma discrepância entre o relatório do WDPa e os dados oficiais dos países na América Latina, em especial para Argentina e Brasil. Na Argentina, no SIFAP (Sistema Federal de Áreas Protegidas) constam 47 reservas privadas (SIFAP, 2022), enquanto no WDPa totalizam 38. Nenhuma das reservas argentinas declarou o tipo de governança, mas todas foram designadas como privadas no campo “DESIG_TYPE”.

No Brasil, a diferença de registros é ainda maior. Enquanto no WDPA foram registradas 989 PPAs, a Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN) contabilizou 1.769 unidades (CNRPPN, 2022). As PPAs brasileiras são denominadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), mas ainda são classificadas sob governança governamental no WDPA. Um exemplo disso é a "Reserva Natural Serra do Tombador" (Figura 07), a maior RPPN no Brasil, situada no estado de Goiás que foi adquirida em 2007 pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (Fundação Grupo Boticário, 2011). O Brasil foi um dos pioneiros na criação de reservas privadas na América Latina (Mitchell *et al.*, 2018).

Figura 07 – Vista parcial da Reserva Natural Serra do Tombado, Goiás, Brasil, sob patrimônio da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza



Fonte: Fundação Grupo Boticário (2011).

As reservas particulares na África são antigas, principalmente utilizadas para a caça (MORSELLO, 2001). Segundo Langholz (2010), durante a década de 1980, o *boom* do ecoturismo global estimulou a proliferação de áreas protegidas privadas na maioria do mundo, incluindo o continente africano. Atualmente, os números mais expressivos de PPAs do continente estão localizados no Quênia (32) e na Suazilândia (9) e, principalmente, na África do Sul. Neste último, o WDPA mostrou que existem 922 PPAs, todas identificadas pela governança “proprietários individuais”, enquanto os dados do Departamento de Meio Ambiente, Floresta e Pesca (*Department of Environment, Forestry and Fisheries* - DEFF) do país apontam para 1.637 reservas privadas (DEFF, 2022).

No WDPA, outros países africanos também possuem PPAs, como Madagascar, Maurício e Namíbia, com duas reservas cada, e Botsuana, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Moçambique e Tanzânia apenas com uma. No total, o continente africano possui 974 PPAs registradas no WDPA, ou seja, 2,82% das áreas protegidas privadas do mundo.

Na Europa, as PPAs estão concentradas na porção ocidental e norte do continente, sendo a Alemanha, a Espanha, o Reino Unido e a Finlândia os países com maior representatividade (Stolton; Redford; Dudley, 2014; Kamal; Grodzinska-Jurczak; Brown, 2015). No WDPA, oito países europeus relataram PPAs: Finlândia (12.274), Eslováquia (819), Suíça (730), Reino Unido (725), Países Baixos (7), Armênia, Espanha e Portugal, com uma unidade, respectivamente. Juntas, as PPAs europeias representam 45,03% (15.532 unidades) das áreas protegidas privadas do planeta. Ressalta-se que foram somadas as PPAs do Reino Unido e dos Países Baixos àquelas existentes em seus territórios ultramarinos, como Bermudas, Ilhas Cayman, Bonaire e as Ilhas Malvinas.

Conforme o WDPA, a Finlândia é atualmente o país com o maior número de PPAs na Europa e também no mundo, com 12.274 PPAs. Esse número se aproxima do valor apontado por Stolton, Redford e Dudley (2014), quando em 2010 a Finlândia apresentava mais de 10.000 pequenos PPAs, que cobriam uma área de 290.000 ha.

Embora todas as áreas protegidas privadas finlandesas são designadas como sendo uma Reserva Privada Natural ou uma Área de Conservação Privada, o tipo de governança é declarado como sendo governamental. O número de PPAs presente no WDPA é muito superior ao divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente da Finlândia, em que são confirmadas cerca de 7.800 áreas de conservação da natureza em terras privadas (Hesso, 2022).

Nos dados do WDPA, nenhuma das PPAs suíças foi relatada como sendo de governança privada, porém, em sua designação, todas são declaradas privadas. Neste país, a ONG Pro Natura é responsável pelo gerenciamento de mais de 700 áreas protegidas, cobrindo uma área de 269 km² de habitats ameaçados (PRO NATURA, 2022).

Embora não conste nos dados do WDPA, acredita-se que na Alemanha existam mais de 700 PPAs, sendo que muitas delas surgiram após a unificação do país (década de 1990), quando terrenos públicos não utilizados da antiga Alemanha Oriental foram doados, reduzindo o custo de reabilitar e gerir as áreas por parte do Estado (Stolton; Redford; Dudley, 2014).

Na Ásia, segundo Stolton, Redford e Dudley (2014), as PPAs são pouco representativas, mas há iniciativas no Japão, na Coreia do Sul e até mesmo na China. Os dados do WDPA mostram que apenas seis países asiáticos possuem PPAs: Nepal (3), Arábia Saudita (2), Jordânia, Líbano, Omã, Paquistão e Catar com apenas uma unidade. Juntas, elas totalizam dez áreas protegidas privadas e representam apenas 0,02% de todas as PPAs do mundo.

A Austrália, maior país da Oceania, apresentou no WDPA o terceiro maior número de PPAs do mundo, com 1.632 unidades, sendo responsável por 99,69% de todas as áreas privadas protegidas do continente. Nos últimos anos, houve uma expansão de PPAs neste país, o que aumentou a representação da biodiversidade e a conectividade do Sistema de Reserva Nacional (Fitzsimons; Wescott, 2007; Fitzsimons, 2015). Neste país, o governo oferece incentivo para as PPAs localizadas em áreas com alta biodiversidade e identificadas como prioritárias para a conservação, ou para aquelas que realizam a manutenção dos recursos hídricos ou geram empregos (Mitchell *et al.*, 2018).

Além da Austrália, Fiji e Ilhas Marshall também possuem PPAs em seus territórios, com duas unidades cada. Recentemente, o trabalho de Bingham *et al.* (2021), baseado no WPDA de junho de 2021, considerando a informação “*No reported*” sobre o tipo de governança, afirmaram a existência de 4.694 PPAs na Nova Zelândia.

Apesar dos dados positivos descritos anteriormente, a quantidade de PPAs permanecem subnotificadas, pela falta de informação repassada pelos governos, já que são eles os responsáveis pela divulgação das áreas protegidas de seus países (Bingham *et al.*, 2017).

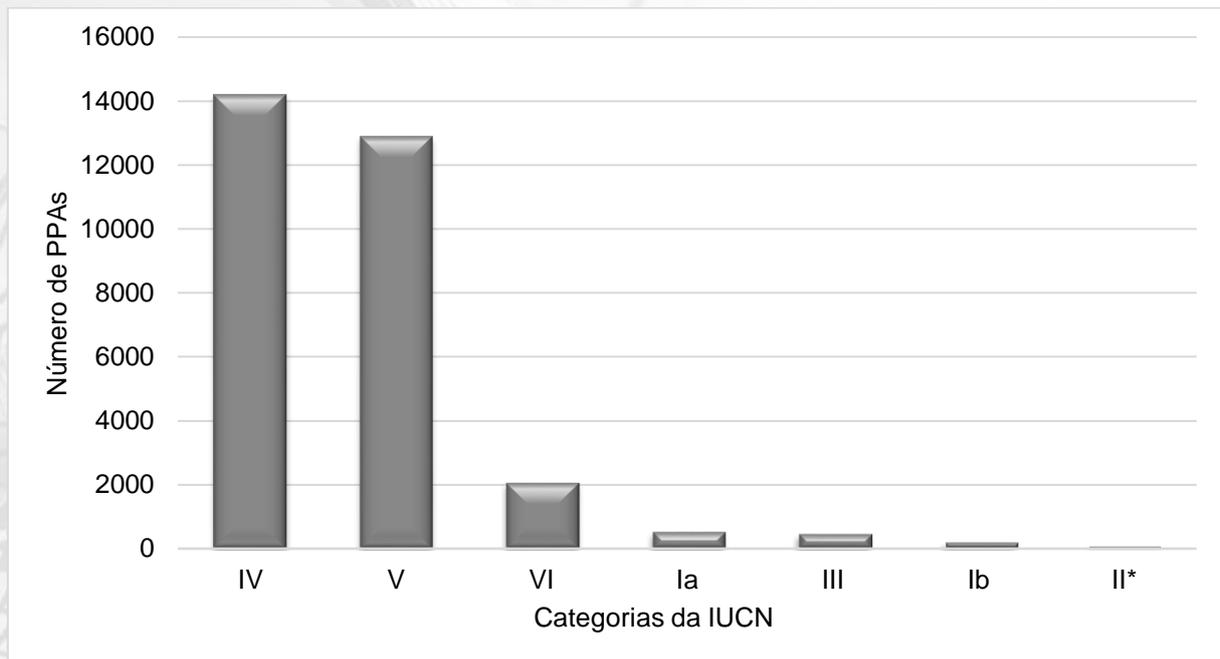
Fitzsimons e Wescott (2007) e Bingham *et al.* (2017) afirmam que alguns proprietários de PPAs relutam em divulgar dados aos governos, no receio do Estado usar as PPAs para atingir metas de conservação e deixar de investir em novas áreas públicas protegidas, não assumindo suas obrigações internacionais. Desta forma, o número de PPAs pode ser muito maior do que é divulgado (Gooden, 2018).

3.3 As áreas protegidas privadas e as categorias da IUCN

As PPAs podem ser inseridas em qualquer uma das seis unidades de gestão de áreas protegidas da IUCN. Das 34.492 PPAs presentes no WDPA, 4.055 unidades (11,76%) não identificaram a categoria da IUCN.

A maioria das PPA's identificadas neste estudo se enquadra na categoria IV da IUCN, com 14.186 unidades, o que representa 41,12% (Figura 08). Essa categoria é definida por ser uma área de manejo de hábitat e espécies, com objetivo específico de conservar determinadas espécies ou habitats (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2017), sujeitas ou não às intervenções de manejo regulares e ativas para cumprir seus objetivos (Maretti *et al.*, 2012).

Figura 08 – Distribuição das PPA's pelas categorias da IUCN, segundo dados do WDPA registrados até setembro de 2022



* A categoria II possui 72 PPA's.

Fonte: Menegasso (2022).

A categoria V é a segunda maior das PPA's, com 12.895 unidades, correspondendo a 37,38%. Trata-se de uma paisagem terrestre/marinha protegida, caracterizada pela interação entre as pessoas e a natureza, que ao longo do tempo, produziu uma paisagem com características distintas com valores estéticos, ecológicos e/ou culturais significativos e, em geral, com alta diversidade biológica (Dudley, 2008). Originária na Europa (Maretti *et al.*, 2012), o foco da gestão está em orientar a sociedade para proteger e gerir seus recursos e manter os valores naturais e culturais (Phillips, 2002).

A terceira categoria com maior representatividade foi a VI, com 2.076 unidades (6,01%) das PPA's. Definida por ser uma área protegida para manejo dos recursos naturais, com predominância de sistemas naturais não modificados, fornecem um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços que atendam às necessidades das comunidades

manejados, assegurando a proteção e manutenção da biodiversidade (Dudley, 2008). Geralmente é uma categoria composta por grandes áreas (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2017), onde o uso sustentável dos recursos é um meio pelo qual a conservação da natureza é obtida

As categorias com proteção mais rígida da IUCN são a Ia e Ib, que representam 740 (1,55%) e 203 (0,58%) unidades das PPAs, respectivamente. A Categoria Ia - Reserva Natural Restrita – é uma área natural protegida, que preserva amostras de ecossistemas, espécies e feições da geodiversidade de grande importância (Maretti *et al.*, 2012). A categoria Ib – Área de Vida Selvagem – é definida por suas características naturais não modificadas ou ligeiramente modificadas, sem habitação humana permanente ou significativa, gerida e protegida para preservar sua condição natural (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2017).

As categorias Ia e Ib estão localizadas principalmente na Finlândia, na Eslováquia, na Austrália e no Canadá, compondo 96,89% dessas categorias. As áreas protegidas, inseridas nessas categorias, são importantes para a conservação dos serviços ecossistêmicos de regulação e suporte (Figuerola *et al.*, 2020).

Por fim, somando 540 unidades (1,56%), estão as categorias III e II da IUCN. A categoria III - Monumento Natural – é destinada a proteger um monumento natural específico, com alto valor de visitação, histórico ou cultural, enquanto a categoria II - Parque Nacional -protege a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para o presente e as futuras gerações, fornecendo oportunidades recreativas, educacionais, científicas e significância cultural (Dudley, 2008).

3. 4 A distribuição das áreas protegidas privadas por tipo de ambiente

As PPAs presentes no WDPA podem ser classificadas em três tipos de ambientes: completamente em ambiente terrestre ou de água doce (0), parcialmente em ambiente marinho e em ambiente terrestre ou de água doce (1) e por último completamente em ambiente marinho (2).

A maioria das áreas protegidas privadas estão localizadas no tipo de ambiente 0, com 32.619 unidades, o que corresponde a 94,56%, distribuídas em 40 países. As demais PPAs, situadas em ambiente parcialmente marinho e em ambiente terrestre ou de água doce ou completamente em ambiente marinho, correspondem a 4,06% e 1,36%, respectivamente (Tabela 01).

Tabela 01 – Distribuição das PPAs por tipo de ambiente, segundo dados do WDPA registrados até setembro de 2022

Tipo de ambiente	Quantidade de PPAs	Porcentagem das PPAs (%)
Completamente em ambiente terrestre ou de água doce.	32.619	94,56
Parcialmente em ambiente marinho e em ambiente terrestre ou de água doce.	1.401	4,06
Completamente em ambiente marinho.	472	1,36

Fonte: Menegasso (2022).

Das 472 PPAs localizadas em ambiente marinho, 329 unidades (69,70%) surgiram nos últimos 20 anos. Em 1999 foi publicada a obra “Diretrizes para Áreas Marinhas Protegidas” da IUCN, quando já considerava importante o envolvimento do setor privado e da sociedade civil para gerar fontes adicionais de apoio para as áreas protegidas marinhas (Kelleher, 1999).

As PPAs em ambiente marinho colaboram com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 “Vida abaixo da água”, incluindo a conservação da biodiversidade marinha (Shiiba *et al.*, 2022). A criação de PPAs em ambiente marinho também contribuirá para a atingir a Meta 3 da Estrutura Global de Biodiversidade Pós-2020, que visa conservar 30% das áreas marinhas até 2030 (Estradivari *et al.*, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação em terras privadas está experimentando um grande crescimento global, principalmente por expandir a proteção da natureza para outros atores além do setor governamental. O grande aumento das PPAs se deu no final do século XX, após a realização dos congressos mundiais de parques promovidos pela IUCN, reconhecendo a importância do setor privado na conservação da natureza. Hoje, elas estão presentes em diversos países, contribuindo na proteção de ambientes terrestres e marinhos.

Embora tenha avançado, o número e as contribuições das PPAs ainda são subnotificados por muitos governos. É necessário maior envolvimento dos países em relatar e reconhecer as PPAs e desta forma colaborar com os dados do WDPA, de modo a melhorar o entendimento sobre a rede de áreas protegidas mundial.

A existência de PPAs também foi contabilizada para atingir a Meta 11 de Aichi da Convenção sobre Diversidade Biológica, encerrada em 2020. Contudo, espera-se a

continuidade dos esforços no estabelecimento das áreas protegidas privadas para a estrutura global de biodiversidade pós-2020, protegendo e conservando por meio de um sistema bem conectado e eficaz de áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, W. M. Geographies of conservation III: nature's spaces. **Progress in Human Geography**, v. 44, n. 4, p. 789-801, 20 mar. 2019. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0309132519837779>. Acesso em: 17 set. 2022.

ALBUQUERQUE, L. B. de; SÁ, F. N.; JORGE, C. L. Critérios teóricos para priorizar áreas de conservação da biodiversidade: uma síntese. **Multitemas**, Campo Grande, n. 13, p. 121-141, 1998.

ARCHIBALD, C. L.; BARNES, M. D.; TULLOCH, A. I. T.; FITZSIMONS, J. A.; MORRISON, T. H.; MILLS, M.; RHODES, J. R. Differences among protected area governance types matter for conserving vegetation communities at risk of loss and fragmentation. **Biological Conservation**, v. 247, p. 108533, jul. 2020. Elsevier BV.

BERNSTEIN, J.; MITCHELL, Brent A.. Land trusts, private reserves and conservation easements in the United States. **Parks**, Gland, Suíça, v. 15, n. 2, p. 48-60, 2005.

BERTZKY, B.; CORRIGAN, C.; KEMSEY, J.; KENNEY, S.; RAVILIOUS, C.; BESANÇON, C.; BURGESS, N. **Protected Planet Report 2012: Tracking progress towards global targets for protected areas**. IUCN, Gland, Switzerland and UNEP-WCMC, Cambridge, UK, 2012.

BINGHAM, H. C.; BIGNOLI, D. J.; LEWIS, E.; MACSHARRY, B.; BURGESS, N. D.; VISCONTI, P.; DEGUIGNET, M.; MISRACHI, M.; WALPOLE, M.; STEWART, J. L. Sixty years of tracking conservation progress using the World Database on Protected Areas. **Nature Ecology & Evolution**, v. 3, n. 5, p. 737-743, 15 abr. 2019. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41559-019-0869-3>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BINGHAM, H. C.; FITZSIMONS, J. A.; REDFORD, K. H.; MITCHELL, B. A.; BEZAURY-CREEL, J.; CUMMING, T. L. Privately protected areas: advances and challenges in guidance, policy and documentation. **Parks**, v. 23, n. 1, p. 13-28, 2017.

BINGHAM, H. C.; FITZSIMONS, J. A.; MITCHELL, B. A.; REDFORD, K. H.; STOLTON, S. Privately Protected Areas: missing pieces of the global conservation puzzle. **Frontiers In Conservation Science**, v. 2, p. 1-5, 14 out. 2021. Frontiers Media SA. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3389/fcosc.2021.748127>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BORRINI-FEYERABEND, G.; DUDLEY, N.; JAEGER, T.; LASSEN, B.; BROOME, N. P.; PHILLIPS, A.; SANDWICH, T. **Governança de Áreas Protegidas: da compreensão à ação**. Gland, Suíça: IUCN, 2017. 144 p.

CASTRO JÚNIOR, E. de; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 25-65.

CLEMENTS, H.; SELINSKE, M.; ARCHIBALD, C.; COOKE, B.; FITZSIMONS, J.; GROCE, J.; TORABI, N.; HARDY, M. Fairness and Transparency Are Required for the Inclusion of Privately Protected Areas in Publicly Accessible Conservation Databases. **Land**, v. 7, n. 3, p. 96, 13 ago. 2018. MDPI AG. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/land7030096>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CNRPPN. Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural. **Painel de indicadores CNRPPN**. 2022. Disponível em: https://datastudio.google.com/u/0/reporting/0B_Gpf05aV2RrNHRvR3kwX2ppSUE/page/J7k. Acesso em: 03 out 2022.

CROFTS, R.; DUDLEY, N.; MAHON, C.; PARTINGTON, R.; PHILLIPS, A.; PRITCHARD, S.; STOLTON, S. **Putting nature on the map: a report and recommendations on the use of the IUCN system of protected area categorisation in the UK**. United Kingdom: IUCN National Committee Uk, 2014.

DEFF - Department of Environment, Forestry and Fisheries. **South Africa protected areas database - second quarter 2022**. 2022. Disponível em: https://egis.environment.gov.za/data_egis/data_download/current. Acesso em: 27 out. 2022.

DIAS, N. O.; FIGUEIRÔA, C. F. B. Potencialidades do uso de geotecnologias para a gestão e planejamento de unidades de conservação. **Revista de Geografia**, v. 10, n. 2, p. 283-203, 2020.

DRESCHER, M.; BRENNER, J. C. The practice and promise of private land conservation. **Ecology And Society**, v. 23, n. 2, p. 1-8, 2018.

DUDLEY, N. **Guidelines for applying protected areas management categories**. Gland, Switzerland: IUCN, 2008.

ESTRADIVARI, A., M. F.; ADHURI, D. S.; FERSE, S. C.A.; SUALIA, I.; ANDRADI-BROWN, D. A.; CAMPBELL, S. J.; IQBAL, M.; JONAS, H. D.; LAZUARDI, M. E. Marine conservation beyond MPAs: towards the recognition of other effective area-based conservation measures (oecms) in Indonesia. **Marine Policy**, v. 137, p. 1-12, mar. 2022. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2021.104939>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FIGUEIROA, A. C.; LIMA, A. S. de; SCHERER, M. E. G.; BONETTI, J. How to choose the best category for a protected area? A multicriteria analysis method based on ecosystem services conservation. **Environmental Monitoring And Assessment**, v. 192, n. 7, p. 2-14, 5 jun. 2020. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10661-020-08333-y>. Acesso em 14 dez. 2022.

FITZSIMONS, J. A. Private protected areas in Australia: current status and future directions. **Nature Conservation**, v. 10, p. 1-23, 2015.

FITZSIMONS, J. A.; WESCOTT, G. Perceptions and attitudes of land managers in multi-tenure reserve networks and the implications for conservation. **Journal of Environmental Management**, v. 84, n. 1, p. 38-48, 2007.

FRÍAS, M. C. Las áreas protegidas privadas como escenarios para el turismo. Implicaciones y cuestiones clave. **Cuadernos Geográficos**, v. 60, n. 2, p. 72-90, 22 jun. 2021. Editorial de la Universidad de Granada. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.30827/cuadgeo.v60i2.15336>. Acesso em 13 fev. 2023.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO. Plano de Manejo da Reserva Natural Serra do Tombador, Cavalcante, Goiás. 2011. Disponível em: https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/Biblioteca/pmt_plano_manejo_TOMBADOR.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

GOODEN, J. L. **From William James to Twenty-First Century Landowners: Perspectives on Private Land Conservation**. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) - School of Geography and the Environment St Antony's College, University of Oxford, Oxford, 2018.

GOODEN, J.; SAS-ROLFES, M. A review of critical perspectives on private land conservation in academic literature. **Ambio**, Oslo, v. 49, p. 1019-1034, 2020.

HESSO, J. **Nature conservation on private lands**. 2022. Disponível em: <https://ym.fi/en/nature-conservation-on-private-lands>. Acesso em: 28 out. 2022.

HOLMES, G. **What role do private protected areas have in conserving global biodiversity?** SRI Working Papers, nº 46. Sustainability Research Institute (SRI), 2013. Disponível em: <http://eprints.whiterose.ac.uk/76968/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

JOB, H.; BECKEN, S.; LANE, B. Protected Areas in a neoliberal world and the role of tourism in supporting conservation and sustainable development: an assessment of strategic planning, zoning, impact monitoring, and tourism management at natural world heritage sites. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 25, n. 12, p. 1697-1718, 2017.

JOPPA, L. N.; PFAFF, A. High and Far: biases in the location of protected areas. **Plos One**, v. 4, n. 12, p. 1-6, 14 dez. 2009. Public Library of Science (PLoS). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0008273>. Acesso em: 25 mar. 2023.

KAMAL, S; GRODZIŃSKA-JURCZAK, M.; BROWN, G. Conservation on private land: A review of global strategies with a proposed classification system. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 58, n. 4, p. 576-597, 2015.

KELLEHER, G. **Guidelines for marine protected areas**. Gland, Switzerland: IUCN, 1999.

LANGHOLZ, J. Global trends in private protected areas and their implications for the northern great plains. **Great Plains Research**, Lincoln, v. 20, n. 1, p. 9-16, 2010.

LANGHOLZ, J. A.; LASSOIE, J. P. Perils and Promise of Privately Owned Protected Areas. *Bioscience*, v. 51, n. 12, p. 1079-1085, 2001. Oxford University Press (OUP). Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1641/00063568\(2001\)051\[1079:papopo\]2.0.co;2](http://dx.doi.org/10.1641/00063568(2001)051[1079:papopo]2.0.co;2). Acesso em 11 dez. 2022.

MACE, G. M.; BARRETT, M.; BURGESS, N. D.; CORNELL, S. E.; FREEMAN, R.; GROOTEN, M.; PURVIS, A. Aiming higher to bend the curve of biodiversity loss. **Nature Sustainability**, v. 1, n. 9, p. 448-451, 14 set. 2018. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41893-018-0130-0>. Acesso em 17 nov. 2022.

MARETTI, C. C.; CATAPAN, M. I. S.; ABREU, M. J. P. de; OLIVEIRA, J. E. D. de. Áreas protegidas: definições, tipos e conjuntos – reflexões conceituais e diretrizes para gestão. In: CASES, M. O. (Org.). **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Brasília: WWF-Brasil, 2012. p. 331-368.

MARON, M.; SIMMONDS, J. S.; WATSON, J. E. M. Bold nature retention targets are essential for the global environment agenda. **Nature Ecology & Evolution**, v. 2, p. 1194-1195, 2018.

MAXWELL, S. L.; CAZALIS, V.; DUDLEY, N.; HOFFMANN, M.; RODRIGUES, A. S. L.; STOLTON, S.; VISCONTI, P.; WOODLEY, S.; KINGSTON, N.; LEWIS, E. Area-based conservation in the twenty-first century. **Nature**, v. 586, n. 7828, p. 217-227, 7 out. 2020. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41586-020-2773-z>. Acesso em 06 set. 2022.

MESQUITA, C. A. B. **Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina**. 1999. 170 f. Tese (Doutorado) - Programa de Educación Para El Desarrollo y La Conservación, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, Costa Rica, 1999.

MESQUITA, C. A. B. **A natureza como o maior patrimônio: desafios e perspectivas da conservação voluntária em áreas protegidas privadas no Brasil**. 2014. 192 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, Área de Concentração em Conservação da Natureza, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2014.

MITCHELL, B. A.; STOLTON, S.; BEZAURY-CREEL, J.; BINGHAM, H. C.; CUMMING, T. L.; DUDLEY, N.; FITZSIMONS, J. A.; MALLERET-KING, D.; REDFORD, K. H.; SOLANO, P. **Good Practices in Protected Areas**, n. 29. Gland, Switzerland: IUCN. xii + 100pp, 2018.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume, 2001. 343 p.

OTT, P. H.; DUARTE, M. M.; ABREU, M. J. P. de; OLIVEIRA, J. E. D. de. Áreas protegidas. In: HERNANDEZ, A. R. C.; SIMÕES, F.; BORDIN, J.; BERRETA, M. S. R. dos; BINKOWSKI, P. (Org.). **Glossário de verbetes em ambiente e sustentabilidade**. São Francisco de Paula: UERGS, 2021. p. 331-367. (Série Ambiente e Sustentabilidade).

PHILLIPS, A. **Management guidelines for IUCN category V protected areas: protected landscapes/seascapes**. Gland: IUCN, 2002. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/pag-009.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

SHIIBA, N.; WU, H. H.; HUANG, M. C.; TANAKA, H. How blue financing can sustain ocean conservation and development: a proposed conceptual framework for blue financing mechanism. **Marine Policy**, v. 139, p. 1-8, maio 2022. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2021.104575>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SHUMBA, T.; VOS, A. de; BIGGS, R.; ESLER, K. J.; AMENT, J. M.; CLEMENTS, H. S. Effectiveness of private land conservation areas in maintaining natural land cover and biodiversity intactness. **Global Ecology And Conservation**, v. 22, p. 1-11, 2020.

SIFAP – Sistema Federal de Áreas Protegidas. **Áreas Protegidas**. 2022. Disponível em: <https://sifap.gob.ar/areas-protegidas>. Acesso em: 21 out. 2022.

SIMÃO NETO, I. **Análise da efetividade das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNS) de âmbito federal em Santa Catarina**. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SIMS-CASTLEY, R.; KERLEY, G. I. H.; GEACH, B.; LANGHOLZ, J. Socio-economic significance of ecotourism-based private game reserves in South Africa's Eastern Cape Province. **Parks**, v. 15, n. 2, p. 6-18, 2005.

SOUZA, J. V. C. de. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza**. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

STOLTON, S.; REDFORD, K. H.; DUDLEY, N. **The Futures of Privately Protected Areas: Developing Capacity for a Protected Planet**. Gland, Switzerland: IUCN, 2014.

PRO NATURA. **Vivre la diversité de la nature – dans nos réserves naturelles**. 2022. Disponível em: <https://www.pronatura.ch/fr/decouvrir-des-reserves-naturelles>. Acesso em: 28 out. 2022.

PLISCOFF, P.; FUENTES-CASTILLO, T. Representativeness of terrestrial ecosystems in Chile's protected area system. **Environmental Conservation**, v. 38, n. 3, p. 303-311, maio 2011. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0376892911000208>. Acesso em 07 fev. 2023.

UNEP-WCMC, IUCN, NGS. **Protected Planet Report 2018**. UNEP-WCMC, IUCN and NGS: Cambridge UK; Gland, Switzerland; and Washington, D.C., USA, 2018. p. 71. Disponível em: https://livereport.protectedplanet.net/pdf/Protected_Planet_Report_2018.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

UNEP-WCMC, UNEP, IUCN. **Relatório Planeta Protegido 2020**. UNEP-WCMC, IUCN and NGS: Cambridge UK; Gland, Switzerland; and Washington, D.C., USA, 2021. Disponível em: <https://livereport.protectedplanet.net/>. Acesso em: 28 maio 2021.

VENTER, O.; MAGRACH, A.; OUTRAM, N.; KLEIN, C. J.; POSSINGHAM, H. P.; MARCO, M.; WATSON, J. E. Bias in protected-area location and its effects on long-term aspirations of biodiversity conventions. **Conservation Biology**, v. 1, n. 32, p. 127-134, 2018.

WICKEN FEN NATIONAL NATURE RESERVE. **Wicken Fen Home**. 2023. Disponível em: <https://www.wicken.org.uk>. Acesso em: 18 out. 2023.

WOODLEY, S.; BERTZKY, B.; CRAWHALL, N.; DUDLEY, N.; LONDOÑO, J. M.; MACKINNON, K.; REDFORD, K.; SANDWITH, T. Meeting Aichi target 11: what does success look like for protected area systems? **Parks**, v. 18, n. 1, p. 23-36, 2012.
